



UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

*Cleilton Sampaio de Farias¹
José Júlio César do N. Araújo²
Genildo da Silva Macedo³
Maria E. Sampaio de Farias⁴*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo enfocar a relação do crescimento desordenado da cidade de Rio Branco face ao amplo processo de êxodo rural, levando em consideração as demandas sociais no espaço urbano e as ações recentes de intervenção do poder público com o ordenamento territorial a partir do plano diretor de 2006. Assim, dialeticamente, procuramos analisar dentro do processo de surgimento e expansão da cidade de Rio Branco o crescimento desordenado resultante do processo de urbanização aleatória que culminou com a segregação e marginalização social e espacial. A partir desses pressupostos, verifica-se a aplicação de políticas públicas através de seus instrumentos constitucionais, mensurando sua aplicabilidade e abrangência sócio-ambiental e econômica. Identifica-se o Plano Diretor em conjunto com o Zoneamento Ecológico Econômico como elementos constituintes e indispensáveis ao Ordenamento Territorial. Compreendemos que, a partir dessas políticas, a cidade desenvolverá contínuos processos de crescimento físico e social com inúmeros aparatos institucionais que irão proporcionar um modelo de política pública capaz de reordenar os espaços de forma a trazer uma melhor qualidade de vida a todos os seus habitantes.

PALAVRAS - CHAVE: Rio Branco, Ordenamento Territorial, Plano Diretor, políticas públicas.

¹ Licenciado em Geografia pela UFAC, Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UFAC, Membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) UNESP/ Presidente Prudente, E-mail: Cleilton.sampaio@ac.gov.br.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional. E-mail: amadeus13julio@gmail.com.

³ Licenciado em geografia pela Universidade Federal do Acre – UFAC, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Inovações Curriculares, E-mail: gedocsz@hotmail.com.

⁴ Licenciada em Letras, MBA em Gestão de Pessoas nas Organizações – UNINORTE, E-mail: mariafarias.sampaio@hotmail.com

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é de compreender a relação do crescimento desordenado da cidade de Rio Branco face ao amplo processo de êxodo rural, levando em consideração as demandas sociais no espaço urbano e as ações recentes de intervenção do poder público com o ordenamento territorial a partir do plano diretor de 2006.

Assim, procuraremos analisar como ocorreu o processo de urbanização da cidade de Rio Branco nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, no âmbito das transformações na produção do espaço acreano no contexto amazônico; identificar, quantificar e mapear as origens dos bairros: ocupação, loteamentos e conjuntos habitacionais e por fim, a luz da pesquisa, entender os problemas gerados a partir destas dinâmicas e como esses foram incorporados nas ações do poder público.

O estudo teve como base o levantamento de bibliografia pertinente à ocupação e urbanização da Amazônia, de modo geral e especificamente, daquela relacionada à história e geografia do Acre. Aliada a esta bibliografia, buscou-se dados em pesquisas que tratam de condições básicas de serviços e infra-estrutura urbana, juntamente com estudos teóricos e/ou empíricos da problemática ambiental urbana. Trata-se desta forma, de compilação e análise de dados secundários, originados de outros estudos e pesquisas na região.

Inicialmente, procurou-se identificar o processo de formação dos primeiros núcleos urbanos, dos seringais à criação de vilas e cidades e sua evolução urbana. Em seguida, parte-se para delinear a organização urbana a partir de 1970, marco de referência no estudo das cidades na região amazônica, em função das profundas transformações econômicas que culminaram com a ruptura da organização urbana consolidada. A análise dos problemas decorrentes destas transformações, principalmente na cidade de Rio Branco, e seus impactos no ecossistema urbano, conduzem por fim, às conclusões para o encaminhamento de uma política urbana, que tem como base os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Este trabalho se justifica pela extrema importância que acreditamos ter no processo de urbanização, não só o estudo dos fenômenos que levam a segregação espacial, mas também, pela esperança em encontrar soluções e de propor ações que possam mitigar os efeitos do crescimento populacional a partir de políticas públicas mais eficazes.

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

1. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A preocupação com o crescimento urbano e suas implicações é de natureza multidisciplinar, onde cada ciência se preocupa com a condução de seus preceitos.

Segundo Barros (2005, p. 83) através do ideograma de desenvolvimento urbano, se verificou que o crescimento acontecia em torno de um núcleo de pontos focais, constituídos predominantemente pelas atividades comerciais e industriais, onde a progressão social ocorre do centro para a periferia de maneira que cada grupo vai abandonando espaços mais próximos do centro e conquistando os arredores mais valorizados socialmente, no entanto, o fenômeno urbano é complexo, múltiplo e diversificado, e não se ajusta certamente a modelos únicos. Esse fenômeno traz consigo outro elemento resultante da criação de um novo espaço – a pobreza. Quanto a isso, esclarece Santos (2005):

A cidade em si como relação social e como materialidade, torna – se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o primeiro suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza, não é apenas o fato do modelo socioeconômico, mas também, do modelo espacial. (SANTOS, 2005, p. 75).

Quando enfocamos a urbanização brasileira, nos apoiamos em autores que expressam a espacialização do processo de forma histórica, reproduzindo os movimentos e configurações no tempo. Nessa concepção, Santos (1993) vai nos dar todo um aparato do processo de urbanização brasileira, datando e discorrendo sobre os principais acontecimentos que ocorreram dentro de cada região do país, além de estar sempre fazendo grandes comparativos estatísticos do crescimento do movimento de urbanização quer seja dentro das grandes, médias ou pequenas cidades.

Assim, no enfoque de Santos (1993), ao longo do século, mas, sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequenos números de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

Como consequência, o déficit de residências também leva a especulação e os dois juntos conduzem a periferização da população mais pobre e, de novo, o aumento do tamanho urbano. A especulação se alimenta dessa dinâmica que inclui expectativas.

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os as suas exigências funcionais (SANTOS, 1993).

Em relação ao período compreendido do ano de 1968 aos dias atuais, com forte influência com a expansão do capitalismo industrial, propiciando uma acumulação de capitais e depreciando o nível de vida dos trabalhadores, acelerou-se o crescimento das cidades e de várias mazelas: o crescimento das favelas, da mortalidade infantil, a emergência por infra-estrutura, dentre outras coisas.

Toda e qualquer cidade possui uma forma, uma estrutura física e concreta sobre a qual se estabelece uma sociedade, que, por outro lado, atua permanentemente na reconstrução e (re)apropriação desta mesma estrutura urbana (BARROS, 2005, P. 72).

Mas o que seria então a cidade se não espaço de reprodução social da vida, de lugar de disputa territorial entre atores diferenciados e de acordo com as suas características a separação em diversos espaços delineados pela segregação espacial.

Para isso, Mamigonian (1996) explica:

A cidade é fruto da divisão social do trabalho a partir das comunidades agrárias, pela relação conflituosa de interesses geradores de desigualdades entre a cidade e o campo. Exemplo disso é o Brasil, “[...] nascido como aporte da divisão internacional do trabalho e como prolongamento do latifúndio e do poder político português, fundou-se numa economia colonial exportadora, latifundiária e escravista”. (MAMIGONIAN, 1996, p.205-206).

Dessa relação resulta a configuração das cidades brasileiras, caracterizadas pelo binômio de classes antagônicas: burgueses e trabalhadores assalariados. Este fenômeno ligado à gênese da urbanização no Brasil influenciou na configuração espacial das cidades na atualidade, caracterizada pela segregação espacial (MAMIGONIAN, 1996, p. 205- 206). Então, cada sociedade produz a sua própria cidade, em dado espaço, em certo tempo e de acordo com os seus atributos, modificando-a quando necessária. A produção une o produtor da produção pela identidade formada no decorrer do processo (de pertencimento que ocorre dentro da realidade imposta).

No Acre, foram outros processos/fenômenos que provocaram a predominância das cidades em relação ao campo, conforme explicitaremos a seguir.

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

2. RIO BRANCO: CRIAÇÃO E EXPANSÃO

Rio Branco, assim como as demais cidades acreanas, também se originou de um decreto. O local primitivo situava-se à margem esquerda do Rio Acre, onde em 1882 organizou-se a sede do seringal denominado “Empresa”. A partir da divisão territorial de 1904 o povoado que fazia parte do Departamento do Alto - Purus, foi elevado a categoria de vila, e designada a sediar o novo organismo. A elevação desta vila à categoria de cidade ocorreu em setembro de 1904, e em 1908 efetivou como comarca do Alto-Acre. Em 1909 teve seu nome mudado para Penápolis (em homenagem ao Presidente da República, Afonso Pena), mas em 1912, a denominação da cidade foi modificada novamente, passando a chamar-se Rio Branco em homenagem ao diplomata brasileiro Barão do Rio Branco.

Em 1913, em função da nova organização do território, a cidade de Rio Branco passou a categoria de município e em 1920, com a extinção dos Departamentos e a unificação dos municípios em torno de um governo central, a cidade foi escolhida para ser a capital, condição que se manteve mesmo após 1962, quando da transformação do território em Estado.

A cidade “de Rio Branco está localizada a: 9°56 a 10°02`S E 67°46” a 67°53` W. Faz fronteiras com o estado do Amazonas e o município de Porto Acre, ao norte (N); com os municípios de Xapuri e Capixaba, ao sul (S); com Plácido de Castro e Senador Guimard Santos, a leste (E); e com Sena Madureira, a oeste (W). Tem uma área com aproximadamente 14.294 km².

Fazendo-se uma leitura focada na conjuntura de acontecimentos que resultaram no processo de urbanização dessa cidade, compreendemos que o povoamento da localidade que passaria a ser conhecida por Rio Branco teve seus primórdios a partir de 1895 com a extração da borracha; um segundo momento com a retomada da extração da borracha em 1945 e um terceiro momento com o avanço da fronteira agropecuária na década de 1970. Vale lembrar que segundo Rancy (1992):

Os primeiros núcleos urbanos no Acre surgiram de maneira artificial, justificada pela necessidade de atender a uma exigência político-administrativa que possibilitasse assegurar, em termos definitivos, o território que, militar, política e diplomaticamente, havia sido conquistado (RANCY, 1992, p. 138).

Por volta de 1882, Newtel Maia fundou o primeiro seringal a margem direita do Rio Acre – o Seringal Empresa. Com o passar do tempo, devido às diversas atividades comerciais ligadas a manutenção dos seringais e seringueiros, o Seringal Empresa passou a ser a Vila da Volta da Empresa, e em 1904 após o Acre ter sido anexado ao

VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá

Volume 02 (Dez. 2009) Caderno de Ciências Humanas – ISSN 1808-9305

www.revistavoos.com.br

[155 – 170]

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

Brasil, a vila converteu-se na Prefeitura do Departamento do Alto Acre (SCHMINK; CORDEIRO, p. 09).

Desde esse começo até 1908, a cidade passou por três fases: formação como povoada e centro comercial (1988-1898); centro político no vale do rio Acre, com a revolução Acreana (1899-1903); e consolidação de liderança política e econômica como sede do Departamento (SCHMINK; CORDEIRO, p. 35).

Com o desenvolvimento da pneumática, 1888, por Dunlop, e com o aparecimento do automóvel, em 1895, foi que o consumo da borracha assumiu grandes proporções, tendo na Amazônia brasileira seu principal centro produtor. O desemprego estrutural e a eclosão das grandes secas que, assolaram o nordeste, podem ser causas explicativas da existência de uma grande massa de migrantes para a Amazônia (SILVA, 1982, P. 13-15).

No fim do século passado, com o avanço da industrialização e o grande aproveitamento e valorização do látex, aconteceu a primeira grande migração de nordestinos, sobretudo de cearenses para a região amazônica. Ainda mais que a situação do nordeste tinha se agravado com a seca de 1970/1877 (Oliveira, 2000, p.57).

Neste primeiro momento, segundo Silva (1982) teremos uma ocupação do espaço acreano processando-se de forma não planejada, isto é, organizada exclusivamente para a extração da borracha, sem um sistema de colonização definido. A extração da borracha encontraria o auge em 1912, com uma produção de 42.410 toneladas. No ano de 1913 teremos a quebra do monopólio brasileiro no mercado mundial influenciado pela diminuição da extração, chegando ao fracasso quase total em 1930 com uma produção de 17.131 kg de borracha, contra 800.808 toneladas de borrachas asiáticas.

Com o primeiro colapso da borracha de 1912, ocorreu a primeira migração rural-urbana no Acre, onde os seringueiros e suas famílias abandonaram os seringais em direção à Rio Branco, fato este que foi amenizado por algumas ações do governo estadual com a criação de pequenas colônias perto do centro urbano, para acomodar os migrantes. “As primeiras colônias foram: Gabino Besouro (1913), Deocleciano de Sousa (1912) e Cunha Vasconcelos (1913), localizadas no oeste da cidade, na área hoje conhecida de baixada do Sobral” (SCHMINK; CORDEIRO, p. 39).

Durante a segunda guerra mundial tivemos novas ondas de nordestinos que iriam migrar mais uma vez para a Amazônia, influenciados pelos Acordos de Washington. Estes retornaram novamente para cortar seringa, só que desta vez o ciclo da borracha duraria menos tempo, tendo o seu auge de 1942 a 1945, então veio mais

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

uma vez a decadência. Mesmo assim, muitos seringueiros permaneceram nos seringais até chegar à década de 1970, onde iria ocorrer uma nova frente migratória, só que desta vez são os “sulistas” que entram na história.

Com esta segunda crise da borracha, novas transformações sócio-espaciais aconteceram. A estratégia para conter os prejuízos do novo fracasso extrativista foi de certa forma, uma nova fase de urbanização da zona ampliada, com a criação das seguintes colônias: Juarez Távora, Dia Martins, Alberto Torres, Daniel de Carvalho, Mâncio Lima, São Francisco, Apolônio Sales, Cecília Parente e Souza Ramos. Muitas dessas colônias hoje são bairros da periferia de Rio Branco.

A ocupação recente das terras do Acre por empresários do centro sul, no início da década de 70, instaurou um mundo de violência nos seringais. O governador Dantas trazia para o Acre um projeto de modernização da economia, que acabou transformando as relações sociais e os direitos de propriedade, que não passavam pelo extrativismo (PAULA; SILVA, 2006, p. 15 - 16).

O governador Wanderley Dantas (1971-1975) abriu as portas para a venda de terras para os sulistas, por meio de propaganda por todos os meios de comunicação. Os pecuaristas foram atraídos a procurarem as terras do Acre pelo preço baixo e a possibilidade de especulação fundiária, e pelo crédito fácil, barato e abundante (SILVA, 1982).

Com a desarticulação dos seringais, estes ficaram praticamente despovoados, vejamos o comparativo: em 1920 o Acre tinha 92.370 habitantes, em 1940 caiu para 79.768 habitantes.

A crise dos seringais amazônicos refletira diretamente na urbanização da cidade de Rio Branco. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970 apenas 41,1% da população do município passou para 74,8% em 1980 (SILVA, 1982, P. 13-15).

Após 1970 apareceram mais de 150 novos bairros, com a inserção de ocupações irregulares na periferia da cidade e quatorze conjuntos habitacionais planejados entre 1971 e 1991 (SCHMINK; CORDEIRO, p. 46). Áreas planejadas surgiram nos bairros Aeroporto velho, Floresta, Estação Experimental, Vila Ivonete, Vila Redenção, Bosque, Papouco e São Francisco com algumas condições sanitárias, no entanto, houve o surgimento de ocupações irregulares nos bairros Palheiral, Bahia, João Eduardo, Cidade Nova e Triângulo, sem serviços básicos como energia e água potável (SCHMINK; CORDEIRO, p. 46).

Segundo Silva (1982) nos anos de 1970 estabeleceu-se acelerado processo de expulsão populacional do meio rural, desarticulação dos seringais nativos, a crise do extrativismo que barateou o preço da terra, despertando o interesse dos compradores do centro sul. Nesse contexto, Oliveira (2000) descreve:

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

Ninguém é contra a modernização e a mecanização da agricultura. Porém, o que significa para o pequeno agricultor que para cá veio, a chegada da máquina, da soja, a cana-de-açúcar e do latifúndio? Sabemos que aonde chega o boi, a soja, a cana-de-açúcar e a máquina o “homem” tem que se retirar (Oliveira, 2000, p.65).

Os métodos expulsórios utilizados foram os mais diversos, desde a compra da posse e benfeitorias por preços irrisórios ou troca por lotes, de área inferior ao módulo oficial, a destruição de plantações, invasão de posses, proibição de desmate para roçados, obstrução de caminhos e varadouros, espancamentos e assassinatos. Esse processo influenciou termos demográficos, para um forte incremento da população urbana, que no período, passou de 30% para 70% da população do estado.

Esse processo de desterritorialização do seringal desencadeou uma série de ações violentas contra os seringueiros remanescentes. “Desimpedir a área da presença incômoda de seringueiros e pequenos posseiros passou a ser uma operação prioritária, [...] expulsos de suas “colocações”, migrando para as periferias dos centros urbanos” (SILVA, 1982).

Neste momento, os seringueiros temendo o fim do seu modo de vida com o fim dos seringais, passam a se articular em movimentos sociais, em sindicatos. A fundação dos STR's de Sena Madureira e Brasília eram os dois primeiros sindicatos a serem organizados, pois os processos de empates entre as forças extra-regionais e a expulsão dos posseiros, já eram acentuadas, inclusive com fortes correntes de êxodo rural para as cidades da região (SILVA, 1982, p.68).

Na cidade de Rio Branco, o assassinato de João Eduardo, em 1981, demonstra que os conflitos agrários refletem também nas questões da terra para moradia urbana. Sendo assim, a expropriação e a conseqüente expulsão maciça de seringueiros/posseiros, que foram ocupar os ditos espaços vazios na periferia dos núcleos urbanos, teve no Acre o principal pólo de atração em Rio Branco. Dessa forma, aponta Silva (1982):

Assim, o capital ocupou a terra, acelerou a desarticulação da economia tradicional, expropriou e expulsou, gerando uma massa crescente de desempregados que, desalojados e sem perspectivas no campo, migraram para as cidades, [...] esses migrantes, na maioria ex-seringueiros, passam a ocupar as periferias das cidades, principalmente de Rio Branco, capital e principal centro urbano do estado, dando origem ao surgimento de grandes bairros marginais. A periferia de Rio Branco é hoje, o maior indicador mais significativo dessa intensa e desordenada ocupação (SILVA, 1982, p.81).

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

Grandes bairros começaram a se formar e outros a crescer rapidamente na área periférica de Rio Branco. São exemplos, dentre outros, os bairros do Aeroporto Velho, com 2.219 habitantes, Aprendizado, com 3.935 habitantes; Bahia, com 3.059 e Cidade Nova, com 5.242.

Nesse período a população urbana cresceu de 26,3% para 43,8% de 1970 para 1980. A população urbana de Rio Branco que representava em 1970, 41,1% da população do município, passou para 74,8% em 1980, ou seja, 66% da população urbana concentravam-se em Rio Branco. Enquanto a densidade demográfica estadual era de 1,98 hab/km, em 1980, Rio Branco tinha 8,19 hab/km (SILVA, 1982, p.82).

No período de 1940 a 2000, Rio Branco cresceu a uma taxa de 6,4% ao ano, sendo que o período de maior alta foi a década de 1970, com uma taxa de 11% ao ano. Esta quantidade pode ser justificada pelo êxodo rural provocado pela corrida pelas terras da nova fronteira agropecuária acreana, conforme afirma Silva (1982):

Na medida em que a urbanização se acentuava, devido a intensificação do êxodo rural acelerado, cresciam os problemas sociais nas áreas urbanas, tendo em vista que, a infra-estrutura precária de Rio Branco não tinha suporte para absorver o contingente populacional expulso do campo, numa economia de caráter eminentemente primária, [...] O resultado imediato desse processo é a intensificação da marginalidade urbana, e a existência de enorme reservatório de mão-de-obra desqualificada, produzido pelo capital especulativo. (SILVA, 1982, p.83-84).

Perante uma política pública do governo municipal, tenta-se reacomodar populações de origem rural, que habitavam as periferias da capital, em áreas de assentamentos voltados para a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, assim, no período de 1993-1996, surgem os pólos agroflorestais e hortifrutigranjeiros, no município de Rio Branco (SILVA, 2006, p.171).

Não é de hoje a preocupação do crescimento desordenado da cidade de Rio Branco, um bom exemplo encontramos em Penha (1996), o autor cita que a população urbana de Rio Branco em 1991 já atingia um total de 167.350 habitantes, praticamente dobrando sua população em relação a 1980, quando registrava 89.993 habitantes. A cidade adquire assim um plano desordenado no seu contexto global não obedecendo a padrões de planejamento, transformando-se nos dias atuais de hoje tarefa bastante difícil para os planejadores urbanos.

Para se ter uma idéia, nos anos 1990, mais da metade da população do Estado passou a morar em áreas urbanas, 47% na cidade de Rio Branco. Nos anos 2000, a população urbana em relação a rural aumentou mais ainda, ou seja, dois terços

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

moravam nas cidades e desses 60% na capital (SCHMINK; CORDEIRO, p. 30). A tabela a seguir nos mostra a evolução da população urbana em relação a rural no período de 1940 a 2000.

Tabela 1 – Estado do Acre: evolução da população urbana, rural e total (1940 a 2000)

Ano	População		
	Urbana	Rural	Total
1940	14.138	65.630	79.768
1950	21.272	93.483	114.755
1960	33.534	125.318	158.852
1970	59.474	156.726	216.200
1980	132.169	169.134	301.303
1991	258.520	159.198	417.718
2000	369.796	187.541	557.337

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1940 a 2000)

Assim, acreditamos que os maiores desafios em ordenar o território amazônico estão ligados aos fatos geradores da “urbanização desarticulada” da região, que ocorre de forma espontânea, em ou ordem diferente da oficial (SCHMINK; CORDEIRO, p. 18). A desarticulação ocorre, sobretudo por que “a Amazônia é um espaço social heterogêneo, e a configuração de seus sistemas de assentamento é irregular, desarticulada de qualquer princípio mestre único que possa explicar sua organização espacial” (SCHMINK; CORDEIRO, p. 18).

Em decorrência do processo desarticulado em que ocorre a urbanização das cidades amazônicas, a capacidade de geração de renda, a partir da geração de empregos e serviços essenciais públicos, é altamente prejudicada tendenciando para a desordem.

3. ORDENAMENTO TERRITORIAL: O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO E O PLANO DIRETOR DA CIDADE DE RIO BRANCO DE 2006

O ordenamento territorial constitui a expressão territorial das políticas econômica, social, cultural e ecológica de Rio Branco. Nesse sentido, seu entendimento caminha na direção de um “disciplinamento” no uso do território, de modo a compatibilizar, ou ao menos, diminuir eventuais conflitos existentes nas diversas políticas públicas e privadas que alteram dinamicamente os conteúdos físicos, sociais, econômicos e culturais contidos no território.

VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá

Volume 02 (Dez. 2009) Caderno de Ciências Humanas – ISSN 1808-9305

www.revistavoos.com.br

[155 – 170]

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

A gestão do território parece constituir um conceito central ao significar um processo amplo de negociação entre os atores envolvidos na tomada de decisões e ações que se materializam e interferem na configuração territorial (FIGUEIREDO, 2003). Com ênfase ao ordenamento territorial Ducam (2005) menciona que:

O ordenamento territorial é o sentido descendente do ciclo proposto de articulação entre o Estado/Governo e a Sociedade/Instituições. É um processo de diagnóstico, “escuta” e estudos, formulação e avaliação, informação e capacitação, articulação com os interlocutores e implementação. Com a integral participação dos atores sociais, de tal forma que aperfeiçoamentos possam, e devam ser feitos, ajustando-se os instrumentos às condições locais e objetivando-se o processo educativo, a participação social e o resultado econômico (DUCAM, 2005, P. 68).

Nesse contexto, o Zoneamento Ecológico Econômico, aparece como um instrumento poderoso de efetivação da gestão territorial à medida que, ao constituir-se num instrumento técnico, de conhecimento acurado da realidade territorial e político de mediação entre diferentes territorialidades, permite o planejamento das diferenças, capaz de compatibilizar, de forma pactuada, o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental.

Rio Branco, em que pese sua responsabilidade social, tem usado esse instrumento como forma de promover a equidade social, econômica e espacial de seu território com vistas à aplicabilidade de práticas sócio-ambientais sustentáveis. Um dos principais instrumentos público de proteção ambiental é o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), pois o “Zoneamento consiste em dividir o território em parcelas nas quais se autorizam determinadas atividades ou se interdita, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras atividades” (MACHADO, 1999, p. 129).

O Plano Diretor do município de Rio Branco foi instituído através da Lei nº. 1.611 de 27 de outubro de 2006, ela abrange a totalidade do território municipal como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento municipal. Como princípios norteadores do plano, destacamos: igualdade e justiça social, função social da cidade, função social da propriedade, desenvolvimento sustentável e participação popular (O RIO BRANCO, 2006, P. 12-13).

No nosso estudo consideraremos apenas a área urbana da cidade, que “corresponde às porções do território já urbanizadas e aquelas passíveis de urbanização a curto, médio e longo prazo” (RIO BRANCO, 2006, p. 37).

No artigo 12º são apresentados os objetivos do Plano Diretor:

- ❖ Consolidar entre os cidadãos conceitos fundamentais de ordenação territorial;

VOOS Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá

Volume 02 (Dez. 2009) Caderno de Ciências Humanas – ISSN 1808-9305

www.revistavoos.com.br

[155 – 170]

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

- ❖ Dissociar o direito de propriedade do direito de construir, condicionado este ao interesse público, explicitado nas regras de uso, ocupação e parcelamento do território municipal;
- ❖ Definir o macro zoneamento municipal fundamentado nas características de uso e ocupação e no patrimônio ambiental;
- ❖ Definir o zoneamento municipal fundamentado em ações específicas para cada um dos territórios delimitados, que facilite os processos de consolidação, reestruturação, readequação e regularização urbana, assim como a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico;
- ❖ Definir as áreas especiais estabelecendo os planos e programas pertinentes;
- ❖ Ordenar e controlar a expansão das áreas urbanizadas e edificadas de forma a:
 - a) Evitar a ocupação do solo urbano em padrões anti-econômicos de densidade, incentivando o uso da infra-estrutura instalada;
 - b) Coibir a abertura indiscriminada de novos loteamentos;
 - c) Incentivar processos de conservação ambiental através da criação de zonas receptoras de áreas verdes.
- ❖ Orientar os investimentos do poder público de acordo com os objetivos estabelecidos neste plano diretor;
- ❖ Delimitar áreas específicas dirigidas para produção habitacional de interesse social e do mercado popular, criando atrativos de uso e ocupação do solo, inclusive em áreas centrais;
- ❖ Viabilizar a incorporação à cidade legal dos assentamentos precários, mediante a sua regularização urbanística e fundiária, propendendo a inclusão social de seus habitantes;
- ❖ Implantar e regularizar a reserva florestal legal como instrumento de organização do território rural;
- ❖ Aumentar as moradias de interesse social;
- ❖ Adequar os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento municipal, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar social geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais.

O livro II enfoca ainda, a política de ordenamento do território, onde disciplina o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano, percebem-se o esforço em organizar o território a partir de alguns objetivos, tais como: estimular o crescimento de áreas já dotadas de infra-estrutura; coibir o surgimento de assentamentos irregulares; regularizar os assentamentos irregulares incorporando-os à estrutura urbana; estabelecer regras de uso e ocupação do solo urbano; evitar a segregação promovendo a diversificação e mesclagem de usos; coibir e rever a prática de

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

construção e uso irregular das edificações e, rever a legislação de parcelamento do solo, adequando-a a diversidade das situações existentes e futuras (O RIO BRANCO, 2006, p. 26).

As categorias de uso do solo urbano são classificadas nas categorias usos perigosos, usos especiais, usos de riscos ambientais, pólos geradores de tráfego, geradores de ruídos diurnos, turismo e lazer, estabelecimento de comércio, serviços e instituições e residencial (RIO BRANCO, 2006, p. 27-28).

O uso residencial corresponde a locais de moradia permanente, ou seja, residências unifamiliares isoladas, geminadas ou agrupadas, edifícios de apartamentos, conjuntos residenciais implantados em lotes, habitações coletivas de permanência prolongada, tais como internatos, conventos, asilos e casa de repouso (O RIO BRANCO, 2006, p. 28).

O parcelamento do solo poderá ser feito mediante loteamento, desmembramento ou desdobro. O loteamento corresponde a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação com abertura de vias de circulação ou ampliação das já existentes. O desmembramento é a subdivisão de glebas em lotes destinados a edificação, com o aproveitamento do sistema viário existente. O desdobro decorre da divisão de lote edificável para fins urbanos, resultando em dois ou mais lotes (O RIO BRANCO, 2006, p. 31).

Para o parcelamento do solo, atendendo aos princípios do ordenamento territorial, deverão ser observadas algumas condições sem as quais não será permitido. Algumas das características que impedem o parcelamento do terreno são: coberto por vegetação protegida pelo Código Florestal; localizado em área de preservação ecológica; terreno alagadiço; sujeito a inundação da cota mínima de 135m; com a presença de material nocivo à saúde; inadequado devido a condições geológicas; com declividade superior a 30% (O RIO BRANCO, 2006, p. 31-32).

Após as considerações sobre permissões de restrições de uso do solo e visando o melhor aproveitamento do território com a constituição de recortes hierárquico, o município foi organizado em Macrozonas, Zonas e Áreas Especiais.

Conforme as respectivas características de uso e ocupação do solo, de recursos ambientais e de infra-estrutura existentes, foram divididas as Macrozonas em: macrozona de consolidação urbana, macrozona de urbanização específica, macrozona de expansão urbana e macrozona rural. Cada macrozona é subdividida em zonas de usos, para as quais são definidos seus perímetros, regras de uso, ocupação e parcelamento.

É na macrozona de consolidação urbana, através da zona de ocupação prioritária, onde possui as melhores condições de infra-estrutura da cidade, que é estimulado a ocupação.

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação e formação da cidade de Rio Branco se deu conforme os eventos sociais e econômicos vividos nos vários momentos de sua história. Dessa forma, entende-se que as oscilações de crescimento populacional e ocupação espacial foram resultantes das políticas de desenvolvimento da região. Assim, os processos oriundos desse contexto seguiram uma ordem de dinâmica histórico-social que surgiu da necessidade do estabelecimento de ações dos diversos atores envolvidos na consolidação da cidade enquanto território marcado por suas complexidades ocupacionais e estruturais.

Nesse sentido, o processo de ordenamento territorial a partir do Plano Diretor de 2006, veio trazer um novo marco na história da cidade através dos seus mecanismos de organização e reestruturação do espaço urbano e rural. Entende-se assim, que a partir desse momento, a cidade passa por contínuos processos de dinamização, crescimento físico e social com inúmeros aparatos institucionais que irão proporcionar um modelo de política pública capaz de reordenar os espaços de forma a trazer uma melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Desse modo, tem-se um cenário da cidade de Rio Branco, onde o seu processo de surgimento, expansão e (re) ordenamento ocupacional trouxe consigo inúmeras desordens: segregação espacial, pobreza, desigualdade ocupacional, conflitos políticos, mudanças estruturais, sociais e culturais que somente com a política do ordenamento territorial a partir do Plano Diretor, consolida-se um novo tempo em que a cidade passa a ser o espaço de ajustamento das relações sócio-ambientais, políticas e econômicas voltado para um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'assunção. **“Cidade” e “Forma”** – Aproximações Introdutórias. **UÁQUIRI: a geografia e a Amazônia em questão**. Rio Branco: DE GEO/UFAC – v. I, n. 5 e 6, jul./Dez./ 2005.

DUCAM, Marcelo. **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: 2005.

FIGUEIREDO, Ádma Harmam de. **Para Pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: 2005.

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **O município e o direito ambiental**. Revista Forense, São Paulo: Forense, n. 317, 1992.

OLIVEIRA, José Aldemir de; GUIDOTTI, Pe. Humberto. (Org.). **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da (org). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia - Acreana**. Rio Branco, Ac.: EDUFAC. 2006.308p.il.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recente das terras do Acre: movimento de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra**. Belo Horizonte, 1982.

PENHA, Raimundo Muniz. **O Distrito Industrial de Rio Branco – DIRB – no contexto Sócio Ambiental da Cidade de Rio Branco e do Estado do Acre**. Florianópolis, 1996. 176f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Santa Catarina.

RANCY, C.M.D. **Raízes do Acre (1870-1912)**. Rio Branco: M. M. Paim, 1992.

RIO BRANCO. **Plano diretor: Lei nº. 1.611 de 27 de outubro de 2006**.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____ **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EdUSP, 2005.

SCHMINK, Marianne; CORDEIRO, Mâncio Lima. **Rio Branco: a cidade da florestania**. Belém: EDUFPA, 2008.

SILVA, Renato Nunes da. **Migrações no estado do Acre: Rio Branco um caso de urbanização precoce**. Dissertação apresentada ao núcleo de altos estudos amazônicos, Universidade Federal do Pará como requisito parcial a obtenção do título de mestre em planejamento do desenvolvimento. Belém, 1981.

Cleilton Sampaio de Farias
José Júlio César do N. Araújo
Genildo da Silva Macêdo
Maria E. Sampaio de Farias

UMA NOVA ORDEM NA DESORDEM: O CRESCIMENTO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006

A NEW ORDER IN THE CLUTTER: THE GROWTH OF THE CITY OF RIO BRANCO AND THE TERRITORIAL ORDER FROM THE MANAGING PLAN OF 2006

ABSTRACT: This article aims to understand the relationship of the disorderly growth of the city of Rio Branco in the face of broad process of rural exodus, taking into consideration the social demands in urban areas and the recent actions of intervention of public power with the land from the master plan of 2006. Thus, dialectically, we examine in the process of emergence and expansion of the city of Rio Branco from the disorderly growth of the urbanization process that led to the random segregation and social marginalization and space. From these assumptions, there is the implementation of public policies through their constitutional instruments, measuring their applicability scope and socio-environmental and economic, it identifies the Master Plan in conjunction with the Economic and Ecological Zoning and essential elements of the Planning Territorial, understanding it, that these policies, the city is going through continuous processes of growth with many physical and social apparatus that will provide an institutional model of public policy able to rearrange the spaces in order to bring a better quality of life to all its inhabitants.

KEY WORDS: Rio Branco, Planning, Master Plan, public politics.

Recebido em 14 de outubro de 2009; aprovado em 22 de novembro de 2009.